



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2011

Senhores Acionistas,
Apresentamos as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2011. Os valores apresentados no balanço geral representam a situação da Sociedade no período mencionado, entretanto, estamos ao inteiro dispor de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários ao bom entendimento do assunto em pauta.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de Dezembro de 2011 e 2010

ATIVO	Ref.	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado) Reclassificado
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.727	3.233
Contas a receber de clientes e outros	5	3.915	2.764
Títulos e valores mobiliários	6	283	-
Impostos e contribuições a recuperar	7	795	686
Despesas pagas antecipadamente		236	-
Outros ativos circulantes		390	452
TOTAL DO CIRCULANTE		9.346	7.135
NÃO CIRCULANTE			
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.248	1.246
Fundos vinculados	8	4.759	5.603
Depósitos judiciais	9	4.342	4.373
Imobilizado	10	297.438	296.565
Intangível		5	7
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		307.792	307.794
TOTAL DO ATIVO		317.138	314.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais)

PASSIVO	Ref.	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado) Reclassificado
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	7.484	7.340
Empréstimos e financiamentos	12	10.125	10.159
Taxas regulatamentares		5	-
Impostos e contribuições a recolher	7	1.361	912
Provisões		34	-
Outros passivos circulantes		18	137
TOTAL DO CIRCULANTE		19.027	18.548
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	12	109.159	118.860
Coligadas e controladas	18	2.877	75.749
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		112.036	194.609
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social		188.446	109.643
Lucro/prejuízo acumulado		(2.371)	(7.871)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		186.075	101.772
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		317.138	314.929

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

A GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. ("GOIÁS SUL") é uma sociedade de propósito específico (SPE) e foi constituída em 17 de janeiro de 2006 como uma companhia de capital fechado. A Goiás Sul foi criada com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW), a energia assegurada total é de 29,47 MW médios, sendo 17,09 MW médios para Goiandira e 12,37 MW médios para Nova Aurora.

Usina	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Data da Concessão	Data do Vencimento
PCH GOIANDIRA	Hidrelétrica	Rio Veríssimo - GO	27	18/12/2002	17/12/2032
PCH NOVA AURORA	Hidrelétrica	Rio Veríssimo - GO	21	18/02/2004	17/04/2034

As obras para a implantação das PCHs iniciaram em Julho de 2007. A PCH Goiandira começou a operar em novembro e dezembro de 2010, 1^o e 2^o máquinas respectivamente. A PCH Nova Aurora iniciou a operação de sua primeira máquina em janeiro de 2011. Sua segunda máquina entrou em operação em abril de 2011. O investimento total foi de R\$ 246 milhões que foram financiados com 61% de recursos de terceiros e 39% de recursos próprios. O prazo de concessão das duas usinas é de 30 anos. A Goiandira tem o vencimento em dezembro de 2032 e a Nova Aurora em abril de 2034.

A administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação das demonstrações financeiras em 07 de fevereiro de 2012.

2 Resumo das Principais Práticas Contábeis

2.1 - Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para contingência, vidas úteis do ativo imobilizado e provisão para devedores duvidosos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probalístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificadas entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 - Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida útil do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4 - Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber e a pagar no balanço patrimonial.

2.5 - Imposto de Renda e Contribuição Social

Os ativos e passivos são mensurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente. Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração de resultado quando os ativos e passivos que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

2.6 - Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente a valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outras contas a receber.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
- Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.
- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração de resultado.

- Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.
- Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros disponíveis para venda
- Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.
- Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demonstrar significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado
- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.
- A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.
- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração de resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração de resultado.

2.7 - Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia firma contratos derivativos de swap com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados com variações nas taxas cambiais e nas taxas de juros. De acordo com o preconizado no CPC 38, esses contratos foram contabilizados como instrumentos financeiros de hedge (hedge accounting).

A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos (vide nota explicativa nº 19).

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Para os fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), a Companhia classifica os hedges como hedge de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição as alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificável de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo desses derivativos e do item coberto durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, no resultado financeiro.

A Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de conexão a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge.

Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

2.8 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações bancárias com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

2.9 - Contas a receber de clientes e outros

Representam direitos oriundos da venda de energia elétrica prevista em contratos de Compra e Venda Mercantil. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

2.10 - Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de

encerramento das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor de justo.

2.11 - Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

2.12 - Taxas Regulatamentares

a) **Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**
A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia.

2.13 - Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

3 Pronunciamentos Técnicos revisados pelo CPC em 2011

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2011.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) - aprovado pela Deliberação CVM nº 665, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - aprovado pela Deliberação CVM nº 665, de 4 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - aprovado pela Deliberação CVM nº 665, de 4 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - aprovado pela Deliberação CVM nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - aprovado pela Deliberação CVM nº 676, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mudanças do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - aprovado pela Deliberação CVM nº 677, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado) Reclassificado
Caixa e depósitos bancários à vista	32	1.036
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	3.695	2.197
Total	3.727	3.233

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras estão representadas, principalmente, de Certificados de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas lastreadas em títulos do tesouro, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a taxas que variam de 90% a 106%.

5 Contas a Receber de Clientes e Outros

	Ref.	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado) Reclassificado
Títulos a receber		3.382	2.168
Títulos a receber - partes relacionadas	(a)	533	367
Comercialização de energia na CCEE		-	229
Total		3.915	2.764
Circulante		3.915	2.764

a) Composição de valores a receber pelo fornecimento de energia a empresas relacionadas com detalhamento dos valores na nota de saldos e transações com partes relacionadas.

6 Títulos e Valores Mobiliários

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado)
Disponíveis para venda					
Banco do Brasil	Fundo BB Polo	(*)	CDI	283	-
Total				283	-
Circulante				283	-

(*) Diversos vencimentos. Corresponde ao fundo BB Polo, que não possuiem condição de resgate antecipado.

7 Tributos e Contribuições Sociais

- Impostos e Contribuições a Recuperar

	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado)
Circulante		
Receber de Renda - IR	54	4
Contribuição Social - CSLL	16	13
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	692	669
Programa de Integração Social - PIS	6	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	27	-
Total	795	686

Não-Circulante

Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS

	1.248	1.246
Total	1.248	1.246
Total	2.043	1.932

8 Fundos Vinculados

	31/12/11	31/12/10 (Não Auditado) Reclassificado
Fundo de Investimento CDI - Conta Reseva BNDES	4.759	5.603
Total	4.759	5.603
Não Circulante	4.759	5.60



...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

16 Custos e Despesas Operacionais

	31/12/11		31/12/10	
	Custos de Bens e Serviços Vendidos	Despesas Gerais e Administrativas	Total	(Não Auditado) Total
Pessoal	-	-	-	(14)
Material	(48)	-	(48)	-
Serviços de terceiros	(2.842)	(740)	(3.582)	(1.023)
Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica - TFSEE	(59)	-	(59)	-
Energia elétrica comprada para revenda	(2.529)	-	(2.529)	(19.103)
Encargos de uso do sistema transmissão	(765)	-	(765)	(93)
Depreciação e amortização	(7.334)	325	(7.009)	(9)
Arrendamentos e aluguéis	(9)	(20)	(29)	(19)
Tributos	-	(1)	(1)	(1)
Outros	(264)	52	(212)	(465)
Total custos/despesas	(13.850)	(384)	(14.234)	(20.727)

17 Resultado Financeiro

	31/12/11	31/12/10
Receita Financeira		(Não Auditado)
Renda de aplicações financeiras	869	252
Outras receitas financeiras	5	-
Total	874	252
Despesa Financeira		(Não Auditado)
Encargos de dívida	(10.079)	(1.029)
Outras despesas financeiras	(69)	(71)
Total	(10.148)	(1.100)

18 Saldos e Transações com partes Relacionadas

Empresas	Natureza de Operação	31/12/11			31/12/10		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Neoenergia S.A.	Adiantamento - AFAC	-	750	-	-	73.618	-
	Outras	-	-	-	-	5	-
		-	750	-	-	73.622	-
Coelba	Energia fornecida	244	-	1.966	170	-	1.016
		244	-	1.966	170	-	1.016
Celpe	Energia fornecida	182	-	1.374	123	-	692
		182	-	1.374	123	-	692
Cosern	Energia fornecida	107	-	788	74	-	408
		107	-	788	74	-	408
Itapabi	Outras	-	2.127	-	-	2.127	-
		-	2.127	-	-	2.127	-
NC Energia	Energia comprada	-	-	(224)	-	-	(22.662)
	Energia fornecida	241	-	241	-	-	95
		241	-	16	-	-	(22.567)

Empresas	Natureza de Operação	31/12/11			31/12/10		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Neoenergia Serviços	Prestação de serviço	-	2.075	(2.520)	-	-	-
		-	2.075	(2.520)	-	-	-

19 Instrumentos Financeiros

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não mantém contratos derivativos.

- Considerações gerais:
- Em 31 de dezembro de 2011, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:
 - Caixa e Equivalentes de caixa - são classificados como ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
 - Títulos e valores mobiliários - são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.
 - Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
 - Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
 - Empréstimos, financiamentos - O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para

financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

✓ Empréstimos, financiamentos em moeda nacional com o BNDES - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são:

Ativo	Ativos (Passivos)			
	31/12/11		31/12/10	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	3.727	3.727	3.233	3.233
Títulos e valores mobiliários	283	283	-	-
Contas a receber de clientes e outros	3.915	3.915	2.764	2.764
Fundos Vinculados	4.759	4.759	5.603	5.603
Passivo				
Fornecedores	(7.484)	(7.484)	(7.340)	(7.340)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(119.284)	(119.284)	(129.019)	(129.019)

• Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial utilizando swap dólar para Reais, conforme descrito a seguir:

✓ Foram contratadas operações de NDF (Non Deliverable Forward) para a totalidade do passivo, com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de hedge, vigentes em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são como segue:

Descrição	Contra-parte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	31/12/10		31/12/11		Efeito acumulado 31/12/11	
					(Não Auditado)	(Não Auditado)	(Não Auditado)	(Não Auditado)		
Contratos de swaps: NDF					Moeda Estrangeira	Moeda Local	Valor Justo		Valor a receber/recebido - a pagar/pago	
Comprada	Itaú BBA	14/12/11	17/01/12	Dólar	USD 1.324	USD 200	R\$ 2.314	R\$ 380	2.314	380
Vendida				Reais						(6)
Total									2.314	380

Consoante facultado pela Deliberação CVM 604, que aprovou os pronunciamentos técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia contabilizou os instrumentos derivativos de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting). Por essa metodologia, os impactos na variação do valor justo dos derivativos utilizados como instrumento de hedge são reconhecidos no resultado de acordo com o reconhecimento do item que é objeto de hedge. Os hedges da Companhia foram avaliados como efetivos. Os derivativos (instrumentos de hedge itens objeto de hedge, foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a hedge e do item objeto de hedge foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Fatores de risco

Riscos financeiros

• Risco de variação cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2011 operações de "hedge" cambial, representando 100% do passivo com exposição cambial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de "hedge" cambial no montante de R\$ 6 mil e R\$ 33 mil resultado negativo em 31 de dezembro de 2010. A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia (devido às variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e no patrimônio líquido da Companhia:

	Efeitos Variação na taxa do US\$	No resultado	No patrimônio líquido
4º trimestre 2011	-6,71%	0,43	0,43
4º trimestre 2010	8,63%	2,82	2,82

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Geovanne Tobias da Silva **Presidente**

Mario José Ruiz-Tagle Larrain **Vice-Presidente**

Titulares

Jose Maurício Pereira Coelho

Marcelo Maia de Azevêdo Corrêa

Suplentes

Jorge Luiz Pacheco

Eduardo Capelastegui Saiz

André Luis Dantas Furtado

Lara Cristina Ribeiro Piau Marques

DIRETORIA EXECUTIVA

Enio Emílio Schneider **Diretor-Presidente**

Erik da Costa Breyer **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**

Solange Maria Pinto Ribeiro **Diretora de Regulação**

Paulo Roberto Dutra **Diretor de Planejamento e Controle**

Lady Batista de Moraes **Diretora de Gestão de Pessoas**

CONTADORA

Cláudia Almeida Santos Franqueira - CRC MG-068369/O-0-T-RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Goiás Sul S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Goiás Sul Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequação

apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Goiás Sul Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras da Goiás Sul Geração de Energia S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cujos valores estão sendo apresentados para fins de comparação e, consequentemente, não emitimos opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/0-6-F-RJ

Paulo José Machado
Contador CRC - 1RJ 061.469/0-4
Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC-1RJ 093.771/0-9

• Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Vide abaixo análise de sensibilidade do risco de encargos de dívida, demonstrando o efeito no resultado das variações nos cenários:

31/12/2011	Aumento/Redução em Pontos Base	Efeitos	
		No Resultado	No Patrimônio Líquido
Ativos Financeiros			
CDI	(83)	(73)	(73)
31/12/2010			
(Não Auditado)			
Ativos Financeiros			
CDI	99	78	78

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Riscos operacionais

• Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores relativos ao fornecimento da energia gerada. Este risco é reduzido em função da Companhia manter contratos de fornecimentos de energia com empresas sólidas, sendo seu principal cliente uma empresa relacionada.

• Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("covenants" financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide notas explicativas n°s 8 e 12).

• Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

20 Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da administração.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitirem opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual conforme mencionado anteriormente foi determinada unicamente pela administração da companhia.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela companhia está demonstrado a seguir (nesta nota valores apresentados em Reais - R\$):

Riscos	Data da Vigência	Importância Segurada (R\$)	Prêmio (R\$)
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	08/10/2011 a 08/10/2012	168.140.019	207.672
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2011 a 08/10/2012	20.000.000	22.230
Veículos	08/10/2011 a 08/10/2012	100% Tabela FIPE	3.756

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:

Riscos nomeados - imóveis próprios, locados (de/ou para terceiros), almoxarifados, subestações e usinas - pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, sendo que as subestações e usinas têm cobertura adicional contra danos elétricos.

Responsabilidade civil geral - cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais da Companhia. O limite máximo de indenização - LMI contratado para a Apólice de Responsabilidade Civil Geral é de R\$ 20.000.000, aplicado por sinistro ou série de sinistros resultantes de um mesmo evento. O limite máximo de indenização - LMI contratado faz parte de uma apólice de seguro coletiva para todas as pequenas centrais hidrelétricas do grupo Neoenergia.

Veículos - coberturas básicas de responsabilidade civil facultativa de veículos, casco e acidentes pessoais coletivos; e coberturas adicionais de quebra de vidros, assistência 24 horas e carro reserva por sete dias em caso de sinistro ou roubo.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Goiás Sul S.A.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2012

Enio Emílio Schneider - **Diretor Presidente**

Erik da Costa Breyer **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**

Lady Batista de Moraes **Diretora de Gestão de Pessoas**

Paulo Roberto Dutra **Diretor de Planejamento e Controle**

Solange Maria Pinto Ribeiro **Diretora de Regulação**

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2011, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, Ernst & Young Terco, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2012

Marco Geovanne Tobias da Silva

Presidente

André Luis Dantas Furtado

Suplente

Marcelo Maia de Azevedo Corrêa

Mario José Ruiz-Tagle Larrain

Suplente